

Artigo

Impacto das associações rurais: interfaces entre políticas públicas e desenvolvimento local

Impact of rural associations: interfaces between public policies and local development

Herbert Viana Rocha¹ e Rosilene Agra da Silva

¹Bacharel em Direito pela Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras. E-mail:herbertrocha.adv@gmail.com;

²Professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal, Paraíba. E-mail:rosileneagra@hotmail.com.

Resumo: As associações rurais desempenham papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento local, sobretudo em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e climáticas, como o Semiárido brasileiro. Tais organizações assumem funções essenciais na mediação entre agricultores e Estado, ampliando o acesso a políticas públicas, fortalecendo capacidades coletivas e promovendo a organização social dos territórios rurais. No entanto, apesar de sua relevância, ainda persistem desafios estruturais e institucionais que limitam o desempenho dessas entidades, influenciando sua sustentabilidade, sua regularidade normativa e sua atuação em programas governamentais. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender os fatores que condicionam o impacto das associações rurais no acesso às políticas públicas e no desenvolvimento local, visando identificar potencialidades e limitações presentes na literatura científica recente. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi examinar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o impacto das associações rurais no acesso às políticas públicas e nos processos de desenvolvimento local no Semiárido brasileiro. Buscou-se compreender de que forma essas organizações influenciam a participação dos agricultores em programas governamentais, fortalecem a ação coletiva e contribuem para a construção de dinâmicas territoriais mais inclusivas e sustentáveis. A metodologia adotada consistiu em uma revisão integrativa, realizada nas bases CAPES Periódicos, SciELO e Scopus e utilizando o fluxograma PRISMA para sistematizar o processo de identificação, triagem e seleção dos estudos. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis na íntegra, relacionados às temáticas de associações rurais, agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento local. Ao final do processo, foram selecionados 15 artigos que contemplam uma diversidade metodológica, incluindo estudos de caso, análises qualitativas, revisões sistemáticas, pesquisas aplicadas e estudos técnico-econômicos. Os resultados revelam que as associações rurais ampliam o acesso a políticas públicas como crédito, comercialização institucional, assistência técnica e programas de aquisição de alimentos, além de contribuírem para a coesão social, inovação produtiva e fortalecimento territorial. Contudo, a literatura também evidencia obstáculos persistentes, como fragilidades na gestão, baixa qualificação técnica, centralização decisória, entraves burocráticos, descontinuidade de políticas públicas e instabilidades econômicas que afetam a sustentabilidade dessas organizações. Conclui-se que as associações rurais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável no Semiárido, atuando como mediadoras entre agricultores e Estado e como catalisadoras de ações coletivas. Seu fortalecimento depende de apoio institucional contínuo, aprimoramento da governança, formação técnica e estabilidade das políticas públicas, configurando um tripé indispensável para a consolidação de territórios rurais mais resilientes, participativos e inclusivos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Associações Rurais; Desenvolvimento. Governança Coletiva; Políticas Públicas.

Abstract: Rural associations play a strategic role in strengthening family farming and promoting local development, especially in regions marked by socioeconomic and climatic vulnerabilities, such as the Brazilian Semi-arid. These organizations perform essential functions in mediating between farmers and the State, expanding access to public policies, strengthening collective capacities, and fostering the social organization of rural territories. However, despite their relevance, structural and institutional challenges persist that limit the performance of these entities, influencing their sustainability, regulatory compliance, and participation in government programs. Given this scenario, it becomes fundamental to understand the factors that condition the impact of rural associations on access to public policies and local development, in order to identify the potentialities and limitations present in recent scientific literature. In this context, the general objective of this study was to examine, through an integrative literature review, the impact of rural associations on access to public policies and on the processes of local development in the Brazilian Semi-arid. The study sought to understand how these organizations influence farmers' participation in government programs, strengthen collective action, and contribute to the construction of more inclusive and sustainable territorial dynamics. The methodology adopted consisted of an integrative review conducted in the CAPES Journals, SciELO, and Scopus databases, using the PRISMA flowchart to systematize the process of identifying, screening, and selecting studies. Articles published in the last five years, available in full, and related to the themes of rural associations, family farming, public policies, and local development were included. At the end of the process, 15 articles were selected, encompassing methodological diversity, including case studies, qualitative analyses, systematic reviews, applied research, and technical-economic studies. The

results reveal that rural associations enhance access to public policies such as credit, institutional marketing, technical assistance, and food acquisition programs, while also contributing to social cohesion, productive innovation, and territorial strengthening. However, the literature also highlights persistent obstacles, such as managerial fragilities, low technical qualification, centralized decision-making, bureaucratic barriers, discontinuity of public policies, and economic instabilities that affect the sustainability of these organizations. It is concluded that rural associations are essential for sustainable development in the Semiarid region, acting as mediators between farmers and the State and as catalysts of collective action. Their strengthening depends on continuous institutional support, improved governance, technical training, and the stability of public policies—an indispensable tripod for consolidating rural territories that are more resilient, participatory, and inclusive.

Keywords: Family Farming. Rural Associations. Development. Collective Governance. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

As associações rurais têm desempenhado um papel crucial na representação dos interesses dos agricultores e agricultoras, articulando ações conjuntas para superar desafios comuns e acessar recursos e benefícios disponíveis (Rocha et al., 2018). No Nordeste, em particular, essas organizações se destacam pela capacidade de fomentar o desenvolvimento local e regional, contribuindo para a diversificação da economia, a preservação de tradições culturais e o empoderamento das comunidades rurais (Freitas; Ferreira; Freitas, 2019).

Para que as associações rurais possam atuar de forma efetiva e obter acesso a políticas públicas específicas, é essencial que elas se adequem à legislação vigente. A conformidade com a organização normativa é uma condição indispensável para que essas associações sejam reconhecidas e amparadas pelo poder público. Dentre as políticas públicas voltadas para as associações rurais, destacam-se ações de fomento à agricultura familiar, crédito rural, programas de incentivo à produção sustentável, capacitação técnica e acesso a mercados (Lopez, 2018).

Colaborando, Amorim e Silva (2023) destacam que o associativismo é uma ferramenta essencial para elevar o status de uma comunidade, proporcionando-lhe maior relevância nos âmbitos social, político, ambiental e econômico. Ao adotar o associativismo, a comunidade se fortalece e aumenta suas chances de alcançar objetivos compartilhados. O associativismo transcende a simples busca pela reprodução de capital e geração de renda. Em suas diversas formas e manifestações por meio das associações, ele reforça os laços de convivência humana. As associações reúnem serviços, atividades e conhecimentos em prol de um conjunto comum de interesses, podendo se organizar de maneira formal, com reconhecimento legal.

Entretanto, diversos estudos (Gastal et al., 2014; Cunha, 2015; Silva, 2015; Mossmann et al., 2017) apontam que a atuação das associações rurais ainda é atravessada por desafios persistentes, como dificuldades de gestão, baixa capacidade organizativa, fragilidades administrativas e entraves políticos, que limitam sua inserção em programas governamentais e sua participação nos processos de desenvolvimento local. As condições específicas do semiárido, caracterizado por chuvas irregulares, restrições produtivas e estruturas sociais desiguais intensificam a necessidade de compreender de que modo o associativismo contribui para fortalecer a resiliência e a autonomia das comunidades rurais.

O presente estudo tem como propósito examinar como as associações rurais influenciam o acesso às políticas públicas e contribuem para os processos de desenvolvimento local no semiárido brasileiro. Busca-se compreender de que maneira essas organizações ampliam a participação dos agricultores em programas governamentais, fortalecem a ação coletiva e potencializam iniciativas que promovem melhorias socioeconômicas nos territórios rurais.

Diversas pesquisas têm demonstrado que políticas públicas voltadas à agricultura familiar como programas de aquisição de alimentos, iniciativas de segurança alimentar e ações de inclusão produtiva, dependem não apenas do desenho institucional, mas sobretudo da capacidade de mobilização e articulação das organizações coletivas. As associações rurais, nesse sentido, funcionam como mediadoras entre o Estado e as comunidades, contribuindo para a organização da produção, a comercialização e a participação social (Silva; Schmitt, 2014).

A relevância desta pesquisa reside em identificar, quais fatores fortalecem ou fragilizam a atuação das associações rurais, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, vulnerabilidade climática e restrições econômicas. Ao analisar como essas organizações influenciam a efetividade das políticas públicas e participam de processos de desenvolvimento territorial, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas sociais que moldam o meio rural do semiárido.

Sob a perspectiva social, compreender o papel das associações rurais significa reconhecer seu potencial de promover participação cidadã, autonomia comunitária e inclusão social, tornando-se espaços de resistência e construção coletiva. Do ponto de vista acadêmico, a revisão integrativa oferece uma síntese atualizada e aprofundada sobre o tema, preenchendo lacunas existentes na literatura e oferecendo subsídios para futuros estudos e para o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento no meio rural brasileiro.

Examinar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o impacto das associações rurais sobre o acesso às políticas públicas e sobre os processos de desenvolvimento local no meio rural do semiárido brasileiro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas como Vetores de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semiárido

As políticas públicas assumem papel decisivo no fortalecimento da agricultura familiar, especialmente no contexto socioambiental do Semiárido brasileiro, onde vulnerabilidades climáticas e desigualdades históricas ampliam a necessidade de intervenção estatal estruturada. Nesse território, marcado pela irregularidade das chuvas, baixa infraestrutura hídrica e restrições produtivas, tais políticas funcionam como mecanismos de indução ao desenvolvimento, reduzindo disparidades regionais e ampliando as capacidades locais de produção e reprodução social (Schneider; Cassol, 2013).

O conceito de agricultura familiar abrange sistemas produtivos desenvolvidos em pequenas unidades rurais conduzidas por núcleos familiares, compostos por agricultores, pequenos produtores e, em alguns casos, trabalhadores contratados. Nesses empreendimentos, a produção atende tanto às necessidades de subsistência do grupo quanto à comercialização do excedente (Savoldi; Cunha, 2010). Do ponto de vista conceitual, é fundamental preservar o caráter familiar da atividade, o que implica que pelo menos um integrante da família assuma a gestão e participe diretamente do trabalho no campo. Dessa forma, considera-se agricultura familiar aquela em que a administração, a posse da terra e a maior parte da força de trabalho estão concentradas em pessoas unidas por vínculos familiares (Sicoli, 2017).

Para Costa (2022), a intervenção estatal por meio de políticas públicas constitui instrumento indispensável para viabilizar condições mínimas de desenvolvimento econômico e social nas regiões mais frágeis do país, reforçando a centralidade do Estado como agente promotor da igualdade material. A partir da década de 1990, o Estado brasileiro passou a reconhecer formalmente as especificidades da agricultura familiar, inaugurando um conjunto de políticas direcionadas ao seu fortalecimento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Sicoli, 2017)

Esse novo paradigma, conforme destacam Sodrê e Salamoni (2015), resultou de intensa mobilização sindical e da pressão de movimentos sociais rurais que reivindicavam o reconhecimento de seus modos de vida e a ampliação do acesso a crédito, assistência técnica e mercados. Assim, a consolidação da agricultura familiar como categoria política representou um marco para a construção de instrumentos regulatórios capazes de enfrentar desigualdades históricas no campo.

Vale destacar que o Semiárido brasileiro, apresenta condições que demandam políticas ainda mais específicas, dada sua dinâmica socioambiental complexa. A literatura clássica demonstra que políticas universalistas frequentemente falham em territórios marcados por singularidades climáticas, como argumenta Abramovay (1998) ao defenderem que o desenvolvimento rural deve considerar as particularidades socioculturais e ecológicas de cada região. Nessa perspectiva, a adaptação das políticas públicas à realidade do Semiárido torna-se imprescindível para garantir sua efetividade, sobretudo no que diz respeito a tecnologias sociais hídricas, convivência com a seca e fortalecimento de mercados institucionais.

Apesar dos avanços, estudos apontam que, historicamente, as políticas agrícolas brasileiras privilegiaram grandes produtores e modelos agroexportadores, reproduzindo desigualdades estruturais entre os diferentes segmentos da produção rural. Como observam Quijada, Cavichioli e Soares (2020), a agricultura familiar permaneceu à margem das principais políticas de crédito, seguro agrícola e garantias de preços mínimos, o que contribuiu para sua vulnerabilidade socioeconômica. Essa marginalização, especialmente intensa no Semiárido, reforça a importância de políticas focalizadas que possam corrigir assimetrias, ampliando o acesso de pequenos agricultores aos mercados e aos instrumentos de proteção estatal.

Nas últimas três décadas, o Brasil vivenciou transformações profundas tanto no âmbito político quanto nas relações sociais. Embora essas mudanças possam ser amplamente relacionadas à promulgação da Constituição Federal de 1988, documento que permanece como a base institucional e normativa do país, é difícil definir um marco exato para o início desse processo, visto que as dinâmicas sociais são complexas e resultam em interações contínuas entre experiências históricas e contextos contemporâneos (Delgado; Bergamasco, 2017).

A consolidação de políticas públicas integradas demonstra, nesse sentido, a necessidade de superar a fragmentação histórica das ações estatais dirigidas ao campo. Navarro (1996) defendem que políticas de desenvolvimento rural não devem ser tratadas como ações isoladas, mas como estratégias amplas de fortalecimento territorial, incorporando crédito, comercialização, assistência técnica, infraestrutura hídrica e inclusão social. Cazella et al. (2017) reforçam essa visão ao demonstrar que a eficácia das políticas depende da articulação entre reformas agrárias, programas produtivos e mecanismos de segurança alimentar, especialmente em regiões com grande concentração de agricultores familiares, como o Semiárido.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel dos mercados institucionais, que se mostraram fundamentais para a geração de renda e estabilidade econômica dos agricultores familiares. Programas como o PAA e o PNAE ampliaram o acesso dos pequenos produtores a mercados seguros, garantindo compra direta de seus produtos e reduzindo a dependência de intermediários (Grisa; Schneider, 2014). Conforme destaca Borsatto et al. (2020), tais instrumentos representam um dos pilares da política de segurança alimentar no Brasil, fortalecendo a produção local e estimulando dinâmicas territoriais que impactam positivamente o desenvolvimento sustentável no Semiárido. Essa abordagem se mostra especialmente relevante em contextos onde o mercado privado é instável e altamente concentrado.

No que diz respeito ao PRONAF, sua criação representou uma inflexão histórica na formulação de políticas de crédito rural, passando a integrar agricultores familiares formalmente reconhecidos pela Lei nº 11.326/2006 (Delgado; Bergamasco, 2017). Segundo Sodrê e Salamoni (2017), o programa possibilitou maior acesso ao financiamento produtivo, condição essencial para o fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido, onde limitações estruturais inviabilizavam

o investimento com recursos próprios. O PRONAF, portanto, se consolida como ferramenta de democratização do crédito e de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Também merece destaque o papel das políticas estruturantes, como programas de infraestrutura hídrica, sistemas de captação e armazenamento de água, tecnologias sociais e investimentos em assistência técnica e extensão rural. Henig e Santos (2016) apontam que tais políticas são essenciais para a convivência com o Semiárido, pois permitem que agricultores enfrentem longos períodos de estiagem e mantenham níveis mínimos de produção. No âmbito das políticas multilaterais, essas ações articulam saberes tradicionais e inovação tecnológica, assegurando maior resiliência ecológica e produtiva.

Nesse contexto, torna-se evidente que o fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido passa pela ampliação da participação social e pela presença ativa de organizações rurais, como associações e cooperativas. Essas entidades exercem papel estratégico na intermediação entre agricultores e políticas públicas, garantindo maior acesso às informações, fomentando a gestão coletiva e fortalecendo capacidades sociais e produtivas.

3.2 Marco Jurídico das Associações Rurais e Implicações para a Governança Coletiva

O marco jurídico das associações rurais no Brasil possui raízes históricas que antecedem a Constituição de 1988, com destaque para o Decreto-Lei nº 7.449/1945, que organizou a vida rural e estabeleceu a obrigatoriedade de criação de associações rurais em cada município, com funções consultivas e de articulação política e econômica (Brasil, 1945). Esse diploma configurou um modelo de associação fortemente vinculado ao Estado, refletindo o caráter interventor do período Vargas. A transição para o regime constitucional de 1988, que consagrou a liberdade associativa, alterou o paradigma ao reconhecer as associações como instrumentos de participação social e de controle democrático das políticas públicas. Essa mudança institucional colocou as organizações rurais no centro de um projeto de fortalecimento da sociedade civil e de descentralização das decisões (Carlos; Silva, 2006).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, e o Código Civil estabelecem os fundamentos jurídicos para a formação das associações, que podem ser constituídas por, no mínimo, duas pessoas, garantindo autonomia organizativa e liberdade associativa (Sena; Sena; Silva Filho, 2017). Nesse marco jurídico, as entidades civis tornam-se instrumentos centrais de articulação coletiva, especialmente no meio rural, onde desempenham funções estratégicas para a representação social, a defesa de interesses comuns e a construção de capacidades políticas.

As associações constituem a forma jurídica adotada por movimentos, entidades e grupos comunitários que optam pela formalização com o propósito de ampliar sua legitimidade social, fortalecer a representação coletiva e atuar de maneira mais estruturada na defesa dos interesses de seus integrantes. Ao buscar a legalização, esses grupos visam também aprimorar as condições técnicas, profissionais e culturais de seus membros, assegurando maior capacidade de ação e diálogo institucional (Sena; Sena; Silva Filho, 2017).

A Lei nº 5.764/1971 define as cooperativas como organizações constituídas por pessoas que se associam voluntariamente, possuindo natureza jurídica própria, caráter civil e proteção legal contra falência, com a finalidade de prestar serviços aos seus integrantes. Essas entidades apresentam particularidades que as diferenciam de outros tipos societários, como a adesão livre e ilimitada, salvo quando fatores técnicos impedem a ampliação do atendimento e um capital social variável, formado por cotas-partes. Existem limites quanto ao número de cotas que cada cooperado pode possuir, podendo ser adotados critérios proporcionais para atender aos objetivos sociais. As cotas são intransferíveis para terceiros fora da instituição, e cada membro possui direito a um voto, independentemente do valor investido, embora algumas modalidades cooperativas admitam regras proporcionais (Guimarães et al. 2024).

O engajamento coletivo, embora historicamente presente entre diversos grupos sociais, passou a ganhar maior institucionalidade a partir da década de 1990, período em que discursos e práticas relacionados à sustentabilidade se consolidaram no cenário nacional e internacional. Esse movimento decorre de transformações estruturais que impactaram simultaneamente as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental, favorecendo a emergência de práticas colaborativas capazes de promover maior estabilidade e equilíbrio social (Sena; Sena; Silva Filho, 2017). Assim, o contexto de fortalecimento do desenvolvimento sustentável também impulsionou formas de organização coletiva, como associações e cooperativas, ampliando sua legitimidade e capacidade de reivindicação.

Outro marco relevante é a Lei nº 9.790/1999, que instituiu a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Essa lei ampliou as possibilidades de formalização das associações rurais, criando mecanismos de cooperação com o Estado, como o Termo de Parceria (Brasil, 1999). Para Meylan (2016) o regime das OSCIPs introduziu maior profissionalização e exigências de transparência, o que repercutiu diretamente na governança coletiva das entidades rurais, ao demandar estruturas de prestação de contas, conselhos fiscais atuantes e gestão democrática qualificada. No entanto, a adoção desse modelo ainda é limitada entre associações rurais devido a requisitos administrativos complexos.

Em relação as decisões são tomadas com base no número de associados presentes, e não na quantidade de capital. A distribuição dos resultados ocorre conforme a participação econômica de cada cooperado, salvo deliberação distinta da Assembleia Geral. Além disso, os fundos obrigatórios de reserva e de assistência técnica, educacional e social não podem ser divididos entre os membros. As cooperativas também se caracterizam pela neutralidade política e pela ausência de discriminação religiosa, racial ou social, prestando apoio aos cooperados e, quando previsto, aos seus colaboradores. A entrada de novos participantes depende da capacidade de gestão, controle e prestação adequada dos serviços pela organização (Guimarães et al. 2024).

A literatura destaca que a formalização jurídica é apenas parte do processo de governança. Segundo Ostrom (1990), arranjos coletivos bem-sucedidos dependem de regras claras, participação efetiva e mecanismos de monitoramento. Aplicado ao contexto rural brasileiro, isso significa que a legislação molda condições mínimas, mas o funcionamento real das associações depende da capacidade dos membros de internalizar a cultura associativa.

No tocante às políticas públicas, o marco jurídico das associações rurais dialoga diretamente com programas federais voltados à agricultura familiar, como aqueles geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento. Brandão, Santos e Rist (2020) demonstram que a legislação permite que associações realizem atividades econômicas sem fins lucrativos, o que viabiliza sua participação em programas de compras institucionais. Nesse sentido, as normas jurídicas ampliam as funções das associações como mediadoras entre agricultores e Estado, condicionando sua governança à capacidade de gerir recursos, executar projetos e manter regularidade documental.

Além disso, quando organizados coletivamente, os agricultores adquirem maior poder político para reivindicar do Estado a implantação e manutenção de infraestruturas essenciais, como unidades de saúde, escolas, estradas e equipamentos comunitários. Esse reconhecimento se manifesta na classificação de diversas associações como entidades de utilidade pública, o que lhes assegura a possibilidade de acessar diferentes modalidades de financiamento provenientes do governo, ainda que, por vezes, esses recursos sejam distribuídos sem finalidade clara ou de acordo com interesses específicos dos órgãos responsáveis (Costa, 2022).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, conduzida sob uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar o impacto da organização normativa das associações rurais no acesso às políticas públicas e nas dinâmicas de desenvolvimento local no meio rural brasileiro. A revisão integrativa foi escolhida por permitir a síntese ampla e sistemática de estudos teóricos e empíricos, possibilitando a construção de uma compreensão aprofundada, crítica e contextualizada sobre o tema.

Esse tipo de revisão envolve etapas de busca, seleção, categorização e análise dos estudos, permitindo integrar diferentes abordagens metodológicas e identificar convergências, lacunas, padrões analíticos e perspectivas conceituais relevantes. A abordagem qualitativa orientou a interpretação dos achados, favorecendo a reflexão analítica sobre os elementos normativos, institucionais e sociais que permeiam o funcionamento das associações rurais no Brasil.

4.2 Pergunta Norteadora

Formulou-se a seguinte questão de pesquisa: “Qual é o impacto da organização normativa das associações rurais no acesso às políticas públicas e na promoção do desenvolvimento local no semiárido brasileiro?”

4.3 Base de Dados

A busca foi realizada em novembro de 2025 nas seguintes bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES e Scopus.

4.4 Seleção de Descritores

A definição dos descritores foi realizada de forma estratégica, considerando a necessidade de localizar estudos que abordassem especificamente a organização normativa das associações rurais e sua relação com políticas públicas e desenvolvimento local no contexto do Semiárido brasileiro. Para a busca nas bases de dados, foram selecionados descritores que representam os principais eixos temáticos da pesquisa: “Associações Rurais”, “Cooperativas Rurais”, “Políticas Públicas”, “Desenvolvimento Local”, “Semiárido” e “Nordeste”.

Esses termos foram combinados utilizando os operadores booleanos OR quando pertenciam à mesma categoria da estratégia de pesquisa, e AND quando se referiam a diferentes etapas da estratégia. As estratégias de busca resultantes foram adaptadas às características específicas de cada base de dados eletrônica.

4.5 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão com o objetivo de assegurar a consistência e a relevância dos estudos selecionados. Foram incluídos artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, disponibilizados em português ou inglês, que apresentassem acesso integral ao conteúdo e tratassem de temas relacionados às associações rurais, políticas públicas, desenvolvimento local ou ao Semiárido brasileiro.

Foram excluídas publicações que não estivessem disponíveis na íntegra, artigos fora do período delimitado, trabalhos duplicados, resumos expandidos, capítulos de livros, dissertações, teses e produções que não dialogassem diretamente com o escopo temático definido para esta revisão integrativa.

4.6 Procedimentos de Coleta de Dados

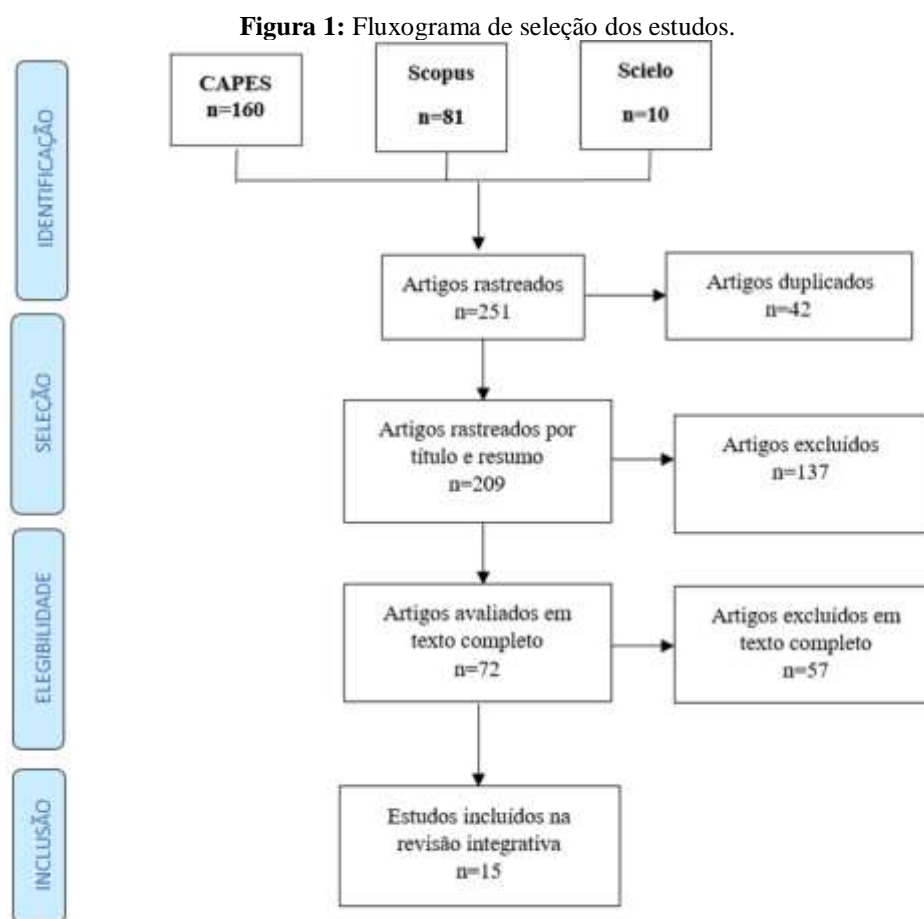
A coleta de dados foi realizada mediante uma busca estruturada nas bases de dados CAPES Periódicos, SciELO, Scopus e Web of Science, utilizando os descritores previamente definidos e combinados por operadores booleanos. Inicialmente, procedeu-se à identificação dos estudos, seguida da remoção de duplicidades e posterior seleção com base nos critérios de inclusão estabelecidos.

Após essa etapa, os artigos elegíveis foram submetidos à leitura integral, possibilitando a extração sistemática das informações pertinentes ao impacto da organização normativa das associações rurais no acesso às políticas públicas e no desenvolvimento local no Semiárido brasileiro.

A condução da revisão integrativa seguiu as seis etapas metodológicas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): (1) definição da pergunta norteadora; (2) busca e seleção dos estudos primários; (3) extração e organização dos dados; (4) avaliação crítica dos estudos selecionados; (5) síntese e categorização dos achados; e (6) apresentação da revisão. Cada etapa foi executada de forma sistemática, garantindo rigor, transparência e replicabilidade ao processo.

Para documentar o percurso da seleção dos estudos, utilizou-se o fluxograma Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Moher et al., 2009), que permitiu registrar as fases de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos.

A Figura 1 apresenta a quantidade inicial de documentos identificados, os critérios de exclusão aplicados em cada fase e o número final de estudos selecionados para compor o corpus analítico da revisão integrativa.



Fonte: Diagrama de Fluxo segundo a recomendação PRISMA (Moher *et al.*, 2009).

4.7 Análise dos Dados

A análise dos dados foi conduzida de maneira sistemática, seguindo os princípios da abordagem qualitativa adotada na revisão integrativa. Após a leitura integral dos estudos selecionados, procedeu-se à extração das informações essenciais, que foram organizadas em um banco de dados padronizado, contemplando elementos como objetivos, metodologia, contribuições teóricas, resultados e conclusões de cada publicação. Em seguida, realizou-se um processo de categorização temática, no qual os conteúdos foram examinados de forma comparativa e interpretativa, identificando convergências, divergências e lacunas presentes na literatura.

Os achados foram organizados em tópicos analíticos estruturados de acordo com os objetivos específicos do estudo, permitindo uma articulação lógica entre a pergunta norteadora, o referencial conceitual e os resultados evidenciados. Essa forma de sistematização possibilitou a construção de eixos temáticos coerentes, que refletem os

principais elementos discutidos na literatura sobre a organização normativa das associações rurais, o acesso às políticas públicas e sua relação com o desenvolvimento local no Semiárido brasileiro.

A partir dessa categorização, os dados foram submetidos à análise interpretativa, visando compreender como o marco legal, os desafios institucionais e os mecanismos de governança influenciam a atuação das associações rurais. Essa etapa permitiu integrar os achados dos diferentes estudos, destacando tendências recorrentes, aspectos críticos e contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno analisado.

5 RESULTADOS

Na busca realizada nas bases de dados foram excluídos da amostra publicações sem acesso ao conteúdo completo e estudos que não guardem relação direta com a temática proposta ou que não atendam aos critérios de período de publicação e idioma previamente definidos. Na Tabela 1, são apresentados os resultados obtidos a partir do cruzamento dos descritores nas bases de dados selecionadas.

Tabela 1: Cruzamento de descritores nas bases de dados envolvidas na pesquisa.

DESCRITORES	BASE DE DADOS		
	CAPEL	Scopus	SciELO
Cooperativas/Associações and Políticas Públicas	105	41	06
Cooperativas/Associações and Desenvolvimento Local	48	22	04
Cooperativas/Associações Rurais and Semiárido	07	18	-
Total de Artigos encontrados	160	81	10

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2025.

No caso da base Scopus, foi necessário utilizar os descritores em língua inglesa para garantir maior precisão e amplitude na recuperação dos estudos, tendo em vista que essa base indexa predominantemente produções internacionais. Assim, termos como “Cooperatives/Associations and Public Policies”, “Cooperatives/Associations and Local Development” e “Cooperatives/Associations and Semi-arid” foram empregados na busca, o que permitiu identificar artigos relevantes alinhados à temática e ampliar o escopo da revisão.

A utilização combinada de termos técnicos e expressões populares associadas à temática possibilitou a seleção de estudos variados.

Abaixo destaca-se a tabela 2 com os artigos selecionados e organizado por título; autor/ano; objetivo e os principais resultados e a revista publicada.

Tabela 2: Apresentação dos artigos incluídos na Revisão Integrativa.

Título	Autor/ Ano	Objetivo	Metodologia	Revista
Estudo e avaliação da implantação de sistemas fotovoltaicos no meio rural em associações e cooperativas piauienses	Silva Júnior et al., (2020)	Avaliar técnica e economicamente a implantação de um sistema fotovoltaico conectado à rede em uma cooperativa rural do Piauí, destacando seus benefícios energéticos, ambientais e financeiros.	Avaliação técnico-econômica baseada em monitoramento online da geração fotovoltaica; análise comparativa com dados de irradiação; cálculo de VPL e Payback; visitas técnicas e registros fotográficos	Revista Brasileira de Energia Solar
Ruralidades no Semiárido: Reflexões a partir de Evidências Sociológicas	Miranda et al., (2024)	Analisar as ruralidades no semiárido nordestino a partir de quatro evidências empíricas relacionadas à agricultura familiar, ressignificação cultural, limitações ambientais e construção de sistemas alimentares.	Estudo qualitativo baseado em revisão bibliográfica, estudo de caso e análise de evidências sociológicas produzidas em pesquisas empíricas nos municípios de Apodi (RN), Brejo do Cruz (PB), Pombal (PB) e Patos (PB).	Revista OPSIS
Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a	Oliveira; Bertolini (2022)	Analisar a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar, considerando aspectos	Revisão sistemática realizada na base Web of Science, incluindo 14 artigos selecionados a partir de critérios de	Research, Society and Development

sustentabilidade da agricultura familiar		econômicos, sociais e organizacionais.	inclusão previamente definidos.	
Capacidade absorptiva de empreendimentos incubados e as ações de inovação no contexto de agronegócios paraibanos	Lima; Batista e Moreira, (2022)	Analisar a capacidade absorptiva e as ações de inovação desenvolvidas por empresas incubadas na Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba (Iacoc).	Estudo multicase qualitativo; entrevistas semiestruturadas; análise documental; codificação e análise de conteúdo com uso do software ATLAS.ti; categorização baseada no Manual de Oslo.	Revista de Administração Mackenzie
Desafios e resiliência das cooperativas de consumo: uma análise global com foco no Brasil (1995-2023)	Ribas e Freitas Júnior (2024)	Analisar o desenvolvimento das cooperativas de consumo no mundo e identificar os fatores que contribuíram para o declínio significativo dessas cooperativas no Brasil.	Revisão sistemática da literatura, realizada na base Scopus, com buscas de artigos publicados entre 1995 e 2023; aplicação de critérios de inclusão, exclusão e análise qualitativa dos estudos selecionados.	Revista de Gestão e Secretariado – GeSec
O associativismo no município de Riacho de Santana – BA: desafios e perspectivas para o crescimento	Moreira; Santos e Lucena (2021)	Analisar os desafios, limites e perspectivas do associativismo rural no município, bem como sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento local.	Pesquisa qualitativa; estudo de caso; entrevistas semiestruturadas; análise documental; observação e abordagem descritivo-interpretativa.	Revista Brasileira de Educação do Campo
Cooperação internacional para difusão de políticas públicas: articulação e implementação de inovação com foco na agricultura familiar no Nordeste	Lima e Pase (2025)	Analisar o processo de cooperação entre o Consórcio Nordeste e a China para a mecanização da agricultura familiar, identificando os principais mecanismos de difusão de políticas envolvidos.	Estudo descritivo e qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica e documental; análise teórica com foco na difusão de políticas públicas.	Revista Brasileira de Ciências Sociais
Estímulo à estratégia cooperativa como condição para o desenvolvimento local.	Carvalho (2023)	Formalizar um modelo teórico-prático da cooperação, explicar atitudes não cooperativas e propor medidas para promover ações cooperativas entre empresas visando o desenvolvimento local.	Estudo teórico e aplicado, baseado na teoria dos jogos cooperativos (Nash, Pareto), análise de casos reais, modelagem matemática e interpretação gráfica de estratégias cooperativas.	Revista Econômica do Nordeste
Empreendedorismo Coletivo: O Desenvolvimento Local Promovido pelo Cooperativismo Feminino	Guimarães et al., (2024)	Analisar como o cooperativismo feminino potencializa o empreendedorismo coletivo e contribui para o desenvolvimento local e regional, destacando o papel das mulheres na liderança, autonomia econômica e inclusão social.	Pesquisa bibliográfica com análise qualitativa; apresentação de gráficos e dados quantitativos provenientes do Anuário do Cooperativismo Brasileiro; levantamento teórico	IOSR Journal of Humanities and Social Science

			sobre empreendedorismo feminino, cooperativismo e desenvolvimento regional.	
Elementos determinantes nos casos de fracasso e dissolução de cooperativas: uma revisão sistemática de literatura	Pereira e Braga (2024)	Identificar e analisar os fatores determinantes para o fracasso e a dissolução de cooperativas em diferentes contextos internacionais.	Revisão sistemática de literatura, abordagem qualitativa e exploratória. Bases: Scopus e Portal CAPES (1971–2021).	Gestão & Regionalidade
Cooperativismo e comércio justo: a visão dos cooperados sobre mecanismos de Compliance	Brito, Gomes e Portugal Júnior (2021)	Analisar a percepção dos cooperados de uma cooperativa certificada pelo Comércio Justo acerca da necessidade e adequação de um Programa de Compliance como instrumento de desenvolvimento local.	Pesquisa qualitativa, exploratória; estudo de caso; aplicação de questionários fechados a cooperados; análise com base em princípios de governança, Fair Trade e compliance.	Brazilian Journal of Development
A cadeia produtiva da mandioca no Maranhão: desafios, oportunidades e propostas de transformação	Ferreira et al., (2024)	Analisar as práticas, os desafios e as oportunidades relacionadas à produção de mandioca no Maranhão, identificando caminhos para fortalecer e inovar essa cadeia produtiva.	Revisão bibliográfica; levantamento de dados secundários; seleção e estudo de três municípios produtores de mandioca; análise e interpretação das informações coletadas.	Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana
Gestão territorial, cooperativismo e agricultura familiar: uma revisão sistemática da abordagem integrada	Fontinele e Billacrês (2024)	Identificar tendências da produção científica sobre agricultura familiar, cooperativismo e gestão territorial, analisando como essas áreas se inter-relacionam na promoção de práticas sustentáveis e inclusivas.	Revisão sistemática da literatura nas bases SciELO e Portal CAPES, com seleção e triagem de estudos via plataforma Rayyan, totalizando 30 artigos incluídos.	Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana
Family Farming Cooperatives and Associations and the Institutional Market Created by the National School Feeding Program (PNAE) in Minas Gerais, Brazil	Moreira et al., (2023)	Analisar a trajetória, o funcionamento e o papel das cooperativas e associações da agricultura familiar no abastecimento do mercado institucional criado pelo PNAE nos maiores municípios de Minas Gerais.	Estudo de casos múltiplos; abordagem qualitativa; entrevistas semiestruturadas com representantes de cooperativas, associações e gestores públicos; análise de conteúdo.	Sustainability
Connecting public policies for family farmers and women's empowerment: the case of the Brazilian semi-arid	Brandão; Santos e Rist (2020)	Analisar, sob a perspectiva dos atores locais, de que forma o conjunto de políticas públicas voltadas para agricultores familiares influencia o empoderamento socioeconômico e político das mulheres em comunidades rurais do semiárido brasileiro.	Estudo de caso qualitativo com abordagem indutiva; uso de grupos focais, entrevistas semiestruturadas, observação participante e aplicação de questionários; análise de políticas públicas e avaliação de empoderamento a partir de indicadores em	Sustainability

			níveis pessoal e relacional.	
--	--	--	------------------------------	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A Tabela 2 evidencia a diversidade metodológica e temática dos estudos incluídos na revisão integrativa, abrangendo desde análises técnico-econômicas e estudos de caso até revisões sistemáticas e pesquisas qualitativas. Os artigos demonstram que o cooperativismo, o associativismo rural e o desenvolvimento local são abordados sob múltiplas perspectivas, energética, sociológica, econômica, organizacional e territorial revelando a amplitude e a complexidade do campo de investigação.

Observa-se também que diferentes bases de dados e estratégias metodológicas contribuíram para uma compreensão mais robusta dos desafios, potencialidades e transformações vivenciadas pelas associações e cooperativas no contexto da agricultura familiar, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades socioambientais, como o semiárido brasileiro.

6 DISCUSSÃO

A discussão foi organizada em três eixos analíticos que sintetizam os achados da revisão. O primeiro eixo evidencia o papel das associações rurais como mediadoras das políticas públicas, demonstrando como essas organizações fortalecem a participação social, ampliam o acesso a programas governamentais e contribuem para a autonomia produtiva no Semiárido.

O segundo eixo destaca o impacto dessas entidades no desenvolvimento local, revelando que o cooperativismo e o associativismo impulsionam a dinamização econômica, a coesão comunitária e a capacidade de gestão territorial.

Por fim, o terceiro eixo analisa os obstáculos estruturais e institucionais enfrentados por cooperativas e associações, apontando desafios internos de governança, limitações de apoio estatal e fatores externos que comprometem sua sustentabilidade e regularidade normativa. Juntos, esses três tópicos oferecem uma compreensão integrada das potencialidades e fragilidades que moldam a atuação das organizações rurais no contexto da agricultura familiar.

6.1 Atuação das Associações Rurais como Mediadoras das Políticas Públicas

Nas últimas décadas, a consolidação da agricultura familiar como categoria política transformou profundamente o cenário rural brasileiro, especialmente por meio de uma crescente articulação coletiva que influenciou de maneira decisiva a formulação e a implementação de políticas públicas. Esse processo, conforme assinala Carvalho (2023), começou a se delinear ainda no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando pequenos produtores passaram a reivindicar maior representatividade e mudanças estruturais, impulsionando a reorganização dos movimentos rurais. Assim, a agricultura familiar passou a adquirir centralidade no debate político e institucional, condicionando a emergência de novos formatos organizativos que, posteriormente, se consolidam como mediadores essenciais das políticas públicas.

As políticas públicas, nesse contexto, assumem papel estratégico ao promover condições de inclusão social para grupos historicamente marginalizados, ampliando oportunidades e reduzindo desigualdades. Brandão, Santos e Rist (2020) destacam que tais políticas se constituem como instrumentos capazes de garantir acesso a direitos, serviços e meios de participação econômica e social, sobretudo quando articuladas por entidades representativas da agricultura familiar. A atuação das associações rurais como mediadoras dessas políticas não apenas facilita a aproximação entre Estado e agricultores, mas também possibilita que as demandas territoriais sejam mais bem compreendidas e incorporadas aos processos institucionais.

O crescimento observado nas organizações da agricultura familiar decorre, em grande medida, do desenho das novas políticas públicas voltadas ao setor, que passaram a priorizar a estruturação dos mercados e a estimular o protagonismo das entidades representativas. Moreira et al. (2023) apontam que esse movimento explica o surgimento de inúmeras associações e cooperativas criadas com a finalidade de atender às exigências dos programas institucionais de aquisição e fornecimento de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse contexto, reforça-se o papel dessas organizações como agentes intermediários entre os agricultores e o poder público. Ao responderem às demandas de inclusão produtiva e de acesso a mercados, tais entidades consolidam-se como espaços essenciais de organização comunitária e de fortalecimento institucional.

Tais políticas são particularmente relevantes no espaço rural por enfrentarem desafios estruturais como o êxodo populacional, a baixa diversificação produtiva, os conflitos socioambientais, as dificuldades de acesso a mercados e a insumos, além das desigualdades de gênero que afetam de forma persistente as mulheres agricultoras. Brandão, Santos e Rist (2020) ressaltam que as interações entre os diferentes atores do território, agricultores, associações, cooperativas, órgãos públicos e instituições intermediárias moldam estratégias e comportamentos coletivos que influenciam diretamente as capacidades locais de gestão e desenvolvimento.

Experiências internacionais reforçam essa perspectiva. Carvalho (2023) evidencia que programas europeus de desenvolvimento rural combinam investimentos materiais com processos pedagógicos que orientam e conectam ações locais, promovendo inovação social, gestão participativa e fortalecimento comunitário. A articulação entre comunidades, governos e instituições locais demonstra que o desenvolvimento rural sustentável exige muito mais que financiamento: demanda cooperação estruturada, formação social e participação ativa dos atores territoriais.

No Brasil, a consolidação das atividades produtivas da agricultura familiar depende, de forma significativa, do grau de participação coletiva alcançado pelas comunidades. Moreira, Santos e Lucena (2021) destacam que, quando a

participação se organiza de maneira sólida, cria-se capacidade real de autonomia, incidência política e governança local. O associativismo torna-se, assim, estratégia para enfrentar desafios comuns, defender interesses territoriais e construir soluções que reforcem a identidade e a coesão comunitária, especialmente em regiões vulneráveis do semiárido brasileiro.

A relevância da agricultura familiar no semiárido, conforme observam Lima e Pase (2025), evidencia a necessidade de práticas cooperativas que fortaleçam a produção, a comercialização e a sustentabilidade socioeconômica. A vulnerabilidade produtiva enfrentada por muitos agricultores, marcada pela escassez de recursos, de infraestrutura e de acesso a mercados reforça a importância da ação coletiva como meio de compartilhamento de meios de produção, redução de riscos e construção de alternativas para o desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, o cooperativismo agropecuário apresenta-se como instrumento decisivo para o fortalecimento econômico regional. Lima, Batista e Moreira (2022) enfatizam que a instabilidade do mercado impõe a necessidade de práticas estruturadas de gestão de riscos, capazes de orientar decisões e minimizar perdas, assegurando maior eficiência no uso dos recursos. Ao permitir que produtores ampliem sua escala produtiva, compartilhem responsabilidades e qualifiquem sua atuação no mercado, as cooperativas consolidam-se como pilares de sustentabilidade e competitividade.

A própria evolução histórica do cooperativismo demonstra sua vocação social. Oliveira e Bertolini (2022) recordam que o movimento emergiu como resposta das classes trabalhadoras ao liberalismo econômico, consolidando-se com os Pioneiros de Rochdale em 1844. A definição da OIT reforça que as cooperativas são organizações democráticas fundamentadas na participação ativa, na partilha de responsabilidades e na distribuição equitativa de riscos e benefícios, elementos que explicam sua aderência à realidade da agricultura familiar brasileira. Brito, Gomes e Portugal Júnior (2021) complementam ao destacar que a ação conjunta permite que pequenos produtores acessem mercados internos e externos, superando limitações inerentes à atuação individual.

A lógica cooperativa também está presente nas definições mais recentes. Ribas e Freitas Júnior (2024) ressaltam que as cooperativas se consolidam à medida que os membros reconhecem que a vulnerabilidade imposta pelo mercado competitivo é reduzida pela ação coletiva, que confere maior segurança, organização e capacidade de enfrentar adversidades. Assim, o cooperativismo torna-se alternativa viável não apenas para produção e comercialização, mas para a construção de territórios mais resilientes.

Além disso, há uma compreensão amplamente difundida de que as cooperativas são empreendimentos financiados, controlados e beneficiados por seus próprios usuários, funcionando como mediadoras em transações econômicas. Essa visão evidencia também uma dualidade de natureza comportamental e cultural, expressa em quatro dimensões que orientam as relações entre cooperativas e seus membros, bem como entre cooperativas e os mercados (Moreira et al., 2023).

Nesse cenário, instituições como universidades, administrações municipais, bancos de desenvolvimento e unidades de apoio empresarial desempenham papel fundamental, conforme argumenta Carvalho (2023). Ao oferecer formação, orientação metodológica, apoio técnico e estímulo à articulação, essas entidades fortalecem iniciativas locais, consolidam redes de cooperação e contribuem para a criação de padrões compartilhados de qualidade e inovação, essenciais para o avanço do desenvolvimento rural sustentável.

A articulação entre políticas públicas e organização coletiva também é evidenciada no estudo de Brandão, Santos e Rist (2020), que analisam comunidades de fundo de pasto no semiárido baiano. A pesquisa mostra que programas como PAA, PNAE, Bolsa Família, assistência técnica específica para mulheres e a implantação de cisternas ampliaram a autonomia produtiva e financeira feminina, fortalecendo sua participação política.

Moreira, Santos e Lucena (2021) reforçam essa perspectiva ao demonstrar que o associativismo fundamentado em princípios agroecológicos constitui alternativa estratégica para a autogestão dos pequenos agricultores. A superação de práticas assistencialistas e a adoção de modelos voltados à emancipação social são essenciais para fortalecer as organizações rurais e ampliar sua capacidade de mobilização e incidência.

Nesse contexto, o fortalecimento das cooperativas é crucial para o acesso às políticas de compras públicas. A adesão voluntária, o controle democrático, a formação continuada e o compromisso com o desenvolvimento local orientam a participação efetiva nos processos licitatórios, qualificando os produtores e permitindo sua inserção ampliada nos mercados. Assim, as cooperativas tornam-se ferramentas estratégicas para a inclusão socioeconômica e para o fortalecimento dos sistemas alimentares locais.

6.2 O Impacto das Associações Rurais no Desenvolvimento Local e no Acesso às Políticas Públicas no Semiárido

Muito se tem debatido e registrado nos últimos anos sobre o desenvolvimento local como uma estratégia capaz de reverter processos de crescimento estagnado ou de baixa efetividade, especialmente quando políticas são implementadas de maneira centralizada e pouco sensível às realidades específicas. Nesse cenário, ganha destaque a ideia de que programas mais recentes voltados ao desenvolvimento alcançam melhores resultados justamente por adotarem uma abordagem descentralizada, permitindo maior participação das comunidades e maior adequação às necessidades locais (Carvalho, 2023). Esse ponto de partida é fundamental para compreender como as associações rurais passam a assumir papel estratégico, na medida em que se constituem como mediadoras ativas entre políticas públicas e demandas sociais territorializadas.

As transformações que vêm ocorrendo no meio rural evidenciam um processo contínuo de redefinição desse espaço, que passa a ser compreendido como um território dinâmico, marcado pela atuação de coletividades e pela diversificação de práticas socioeconômicas. Esse processo se articula diretamente com o fortalecimento das organizações rurais, que se tornam protagonistas na criação de arranjos produtivos alternativos, na ressignificação de práticas

tradicionais e na construção de novas institucionalidades locais. Em diferentes contextos internacionais, observa-se o surgimento de circuitos de comercialização, iniciativas culturais e comunitárias, revitalização territorial e mecanismos de governança orientados para o fortalecimento das especificidades locais, elementos que reposicionam o rural para além de sua função agrícola, ampliando suas dimensões sociais, culturais e ambientais (Lima; Batista e Moreira, 2022). Assim, as associações e cooperativas se inserem como agentes centrais nessa reconfiguração, articulando práticas inovadoras com estratégias de resistência e adaptação às condições impostas pelo Semiárido.

O desenvolvimento regional, entendido como processo amplo e multifacetado, envolve a distribuição equilibrada da riqueza, a redução das desigualdades e a transformação das condições de vida em um território, articulando dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas. Quando observado sob essa perspectiva, torna-se evidente que as organizações rurais, especialmente cooperativas e associações atuam como importantes catalisadoras de dinamismo regional, influenciando diretamente a geração de renda, a coesão social e a inovação territorial. O cooperativismo destaca-se nesse contexto ao promover investimentos em atividades de maior valor agregado, estimular a industrialização e fomentar a criação de novos serviços (Guimarães et al. 2024).

A partir dessa compreensão, os achados de Fontinele e Billacrês (2024) reforçam que agricultura familiar, gestão territorial e cooperativismo têm sido tratados pela literatura recente de forma complementar, configurando um tripé analítico que sustenta práticas sustentáveis e inclusivas. A integração dessas dimensões é especialmente relevante em territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais, como o Semiárido, onde a capacidade de organização social se torna um diferencial para acessar políticas públicas, articular recursos e sustentar processos endógenos de desenvolvimento. A agricultura familiar emerge como eixo central das análises, enquanto o cooperativismo atua como suporte produtivo e comercial, e a gestão territorial aparece como condição necessária para coordenação das ações e dos instrumentos institucionais.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é compreendido como processo que surge da mobilização social e da capacidade de articulação dos próprios atores territoriais. No entanto, como destaca Carvalho (2023), nem todos os contextos dispõem de lideranças, formação técnica ou cultura de participação suficientes para sustentar iniciativas espontâneas. É justamente nesse espaço de lacunas estruturais que as associações rurais passam a atuar, organizando demandas, fortalecendo vínculos comunitários e mediando relações entre agricultores, Estado e mercados. Assim, a ausência de condições internas de mobilização reforça ainda mais o papel das entidades de base, tornando-as peças fundamentais para que o desenvolvimento local deixe de ser uma expectativa e se transforme em prática concreta.

Em consonância com essa leitura, o estudo desenvolvido por Miranda et al. (2024) oferece uma análise sociológica da ruralidade no Semiárido, demonstrando que esse território se caracteriza por múltiplas formas de organização social, identitária e produtiva, que articulam convivência com o clima, inovação e fortalecimento comunitário. Experiências associativas e cooperativistas, como a Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP) no Rio Grande do Norte, são exemplos de como organizações coletivas reinterpretam políticas públicas, constroem institucionalidades próprias e desenvolvem estratégias diante das adversidades ambientais e socioeconômicas. Essa leitura demonstra que o impacto dessas entidades extrapola a dimensão estritamente econômica, alcançando valores simbólicos, identitários e políticos que estruturam o tecido social rural.

A lógica da cooperação, característica das cooperativas, diferencia-se do modelo empresarial tradicional e reforça a emergência de formas de trabalho mais solidárias. Nesse contexto, associações e cooperativas voltadas à agricultura familiar têm sido indicadas como estratégias essenciais para articular serviços financeiros, capacitação, assistência técnica e inserção em mercados (Oliveira; Bertolini, 2022). Essa capacidade organizativa, ao mesmo tempo em que fortalece a poupança local e reduz custos de intermediação, amplia o acesso a programas governamentais e a tecnologias apropriadas.

A heterogeneidade produtiva do Nordeste, conforme descrita por Lima e Pase (2025), revela que enquanto alguns territórios avançam com uso intensivo de tecnologias, outros permanecem dependentes de sistemas tradicionais de produção. Nesse quadro desigual, as associações rurais e cooperativas se constituem como instrumentos de nivelamento, oferecendo aos agricultores familiares condições mais qualificadas de acesso à tecnologia, mercados e políticas públicas. Essa atuação é decisiva para reduzir disparidades territoriais e reforçar a viabilidade econômica dos produtores que enfrentam limitações estruturais.

Um dos mecanismos que explicam a transformação dessas organizações é a capacidade absorptiva, conceito que indica a habilidade de reconhecer, assimilar e aplicar novos conhecimentos. No caso dos empreendimentos incubados no Semiárido, Lima, Batista e Moreira (2022) demonstram que esse processo é intensificado pela mediação institucional das incubadoras, que viabilizam o acesso a informações técnicas e gerenciais que dificilmente seriam incorporadas de forma espontânea pelas comunidades.

Os resultados desses processos são evidentes: empreendimentos rurais incubados passaram a introduzir padrões de qualidade, fortalecer métodos de gestão, redesenhar processos produtivos e formalizar rotinas administrativas, o que elevou significativamente sua autonomia e sua capacidade de planejamento. Paralelamente, a diversificação de canais de venda, a criação de identidades visuais e o uso de estratégias de divulgação ampliaram o alcance mercadológico das organizações, diminuindo sua dependência exclusiva de políticas de compra institucional (Lima; Batista e Moreira, 2022).

Essa relação entre estrutura organizacional e acesso a políticas públicas também é evidenciada por Silva Júnior et al. (2020), cujo estudo sobre a Cooperativa Fruto Daqui demonstra que a adoção de tecnologias sociais de maior complexidade, como sistemas fotovoltaicos, depende diretamente do grau de formalização e da capacidade administrativa das organizações. A adequação normativa torna-se, portanto, uma condição estratégica para captação de investimentos, inserção em programas ambientais e adoção de tecnologias limpas, reforçando a centralidade das associações e cooperativas como agentes de desenvolvimento sustentável.

Esse debate se amplia quando analisada a cooperação internacional estabelecida entre o Consórcio Nordeste e a China para a mecanização da agricultura familiar, conforme estudo de Lima e Pase (2025). A pesquisa evidencia que mecanismos de cooperação institucional, tradução tecnológica e circulação de indivíduos fortalecem redes de inovação e ampliam o potencial produtivo regional. Assim, a inserção das associações rurais em redes multilaterais e interinstitucionais reforça sua capacidade de acessar tecnologias, influenciar políticas públicas e estruturar novos modelos de produção.

Dentro desse contexto, Guimarães et al. (2024) destacam o papel estratégico do cooperativismo feminino no desenvolvimento regional, evidenciando que a atuação das mulheres amplia não apenas a capacidade produtiva, mas também a dimensão organizativa e institucional das cooperativas. Esse protagonismo feminino, fundamentado na divisão equilibrada de responsabilidades, na formação contínua e na participação em espaços decisórios, fortalece a coesão comunitária e consolida ambientes mais democráticos e inclusivos.

As análises de Brito, Gomes e Portugal Júnior (2021) complementam essa compreensão ao demonstrar que a implementação de Programas de Compliance em cooperativas certificadas pelo Comércio Justo contribui para fortalecer a credibilidade institucional e potencializar os impactos socioeconômicos da organização. Compliance, governança e princípios do Comércio Justo passam a se articular como elementos estruturantes para ampliar a sustentabilidade econômica e garantir valorização do trabalho dos agricultores.

Em outra direção, os achados de Ferreira et al. (2024) evidenciam que as cooperativas são fundamentais para fortalecer a cadeia produtiva da mandioca no Maranhão, apesar dos desafios relacionados à falta de capital, baixa qualificação técnica e infraestrutura precária. Ainda assim, há oportunidades de agregação de valor, certificação e integração com indústrias locais, indicando potencial expressivo de desenvolvimento local.

Complementarmente, Moreira et al. (2023) demonstram que cooperativas e associações da agricultura familiar em Minas Gerais tiveram sua trajetória fortemente influenciada pelas políticas públicas de compras governamentais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE estimulou formalização, ampliação da capacidade produtiva e fortalecimento de redes de comercialização, embora persistam desafios logísticos e organizacionais.

No cenário atual, dados do Anuário do Cooperativismo (2024), o cooperativismo agropecuário se consolidou como um dos principais motores do desenvolvimento rural brasileiro, articulando produtores em todas as etapas da cadeia produtiva e garantindo acesso ampliado a insumos, tecnologias, assistência técnica, estruturas de armazenagem e canais de comercialização. Sua atuação fortalece a competitividade do setor, promove a agregação de valor e sustenta uma rede de cooperação que impulsiona o progresso socioeconômico regional.

Os números de 2024 evidenciam essa relevância, o país conta com 1.172 cooperativas agropecuárias, reunindo 1.091.560 cooperados, o que representa crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior. Além disso, essas organizações geram 268.279 empregos diretos, registrando aumento de 4,3% em comparação a 2023. Esses indicadores demonstram que o cooperativismo agropecuário permanece como um pilar estratégico para a economia nacional, promovendo desenvolvimento sustentável, geração de renda e fortalecimento das comunidades rurais.

Além disso, os dados do Anuário do Cooperativismo (2024) revelam que o cooperativismo possui presença significativa nos estados do Semiárido nordestino, contribuindo para dinamizar a economia rural em contextos marcados por vulnerabilidade climática e estrutural. Na Paraíba, o setor reúne 24 cooperativas, com 2.541 cooperados e 119 empregados, gerando R\$ 68,44 milhões em ingressos e R\$ 17,87 milhões em sobras. No Ceará, são 41 cooperativas, que congregam 4.162 cooperados e empregam 506 trabalhadores, movimentando R\$ 362,67 milhões em ingressos. O Rio Grande do Norte apresenta 20 cooperativas, com 1.461 cooperados, embora conte com apenas 21 empregados, mas registra R\$ 71,11 milhões em ingressos e R\$ 97,54 milhões em ativos. A Bahia, estado de maior extensão territorial do Semiárido, desponta como potência cooperativista, com 35 cooperativas, mais de 9.948 cooperados e 771 empregados, alcançando expressivos R\$ 6,41 bilhões em ingressos e R\$ 80,39 milhões em sobras (Anuário do Cooperativismo, 2024).

Já Alagoas apresenta 34 cooperativas, com 6.135 cooperados e 2.180 empregados, movimentando R\$ 538,28 milhões; enquanto Pernambuco conta com 35 cooperativas, 13.181 cooperados e 2.062 empregados, gerando R\$ 1,66 bilhão em ingressos (Anuário do Cooperativismo, 2024). Esses números demonstram que, mesmo em regiões onde a escassez hídrica e os limites estruturais desafiam a produção agropecuária, o cooperativismo se consolida como eixo estratégico de desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e fortalecimento das comunidades rurais, contribuindo diretamente para a resiliência social e econômica do Semiárido brasileiro.

6.3 Obstáculos Estruturais e Institucionais na Atuação das Associações

A literatura especializada tem destacado que a consolidação de cooperativas e associações rurais, apesar de sua relevância para o desenvolvimento local, enfrenta obstáculos estruturais e institucionais que comprometem tanto a formalização quanto a regularidade normativa dessas organizações.

Um dos primeiros desafios identificados diz respeito ao modo como algumas administrações cooperativas conduzem processos decisórios de forma centralizada, sem diálogo com os cooperados. Conforme observa Carvalho (2023), práticas de gestão verticalizada fragilizam os vínculos entre dirigentes e associados, fomentam tensões internas e ampliam potenciais conflitos de interesse, comprometendo a estabilidade organizacional e a cooperação, fundamento essencial do modelo cooperativista. Esse fenômeno revela que, mesmo antes de questões externas, a própria estrutura interna pode se tornar um vetor de instabilidade e descontinuidade.

Nesse mesmo sentido, Ribas e Freitas Júnior (2024) demonstram que a trajetória das cooperativas em diferentes países evidencia forte contraste entre o cenário internacional e o brasileiro. Enquanto em diversos contextos globais essas cooperativas mantêm vitalidade pela adoção de práticas democráticas, inovação gerencial e preservação dos princípios cooperativistas, no Brasil observa-se uma redução expressiva do setor ao longo das últimas décadas. Essa retração relaciona-se a mudanças no regime tributário, à perda de incentivos governamentais, à insuficiente adaptação ao mercado varejista contemporâneo e, sobretudo, a problemas históricos de gestão. Os achados mostram que, sem governança sólida e sem políticas públicas estáveis, as cooperativas brasileiras tendem a perder competitividade, apesar de continuarem possuindo elevado potencial de revitalização quando orientadas por estratégias participativas, educação cooperativista e estruturas de gestão mais transparentes.

A relevância das organizações de base também é destacada no estudo de Moreira, Santos e Lucena (2021), que analisam o associativismo em Riacho de Santana-BA, evidenciando que as associações rurais funcionam como pilares de autogestão, fortalecimento comunitário e acesso às políticas públicas. Entretanto, mesmo com os avanços promovidos por programas como PAA, PNAE e PRONAF, persistem dificuldades estruturais, carência de suporte governamental, limitações técnicas e problemas financeiros que restringem a autonomia administrativa dessas organizações. Apesar disso, os autores ressaltam a capacidade de resistência das associações, que mantêm práticas agroecológicas, ações solidárias e estratégias de cooperação ancoradas em valores comunitários, reafirmando seu papel essencial na permanência dos agricultores no campo e na promoção de modelos produtivos baseados na coletividade.

Os mesmos autores enfatizam ainda que grande parte das limitações enfrentadas deriva da ausência de incentivos públicos consistentes e da fragilidade na implementação de políticas voltadas aos movimentos sociais. Segundo Moreira, Santos e Lucena (2021), tal ausência compromete a expansão e a sustentabilidade das associações, reforçando o caráter desigual das relações entre poder público e organizações da sociedade civil. Mesmo diante desse cenário, o associativismo permanece como espaço de fortalecimento da solidariedade e de emancipação socioeconômica, possibilitando que agricultores familiares enfrentem, de forma mais autônoma, os efeitos da desigualdade estrutural e da dinâmica excludente do mercado.

Além dos desafios internos e da escassez de apoio governamental, diversos fatores externos influenciam a regularidade normativa e a continuidade das cooperativas. Pereira e Braga (2022) ressaltam que elementos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e legais configuram um ambiente instável e frequentemente desfavorável. Entraves relacionados à adesão a programas de desenvolvimento, sobrecarga burocrática, falhas na coordenação institucional e descontinuidade de políticas públicas dificultam o funcionamento cotidiano das cooperativas. Mudanças regulatórias abruptas, oscilações tributárias e intervenções governamentais desarticuladas podem afetar a autonomia institucional das organizações, enquanto fatores macroeconômicos – como inflação, recessão e insegurança jurídica – reduzem a capacidade de investimento e limitam estratégias de planejamento.

Da mesma forma, a literatura identifica que a sustentabilidade das cooperativas também é condicionada por fatores internos, ligados à cultura organizacional, ao capital social e às práticas gerenciais. Pesquisas internacionais analisadas por Pereira e Braga (2022), evidenciam que o desinteresse dos membros, o endividamento elevado, a baixa liquidez e a dificuldade de operar empreendimentos complexos são elementos recorrentes que afetam diretamente a sobrevivência dessas entidades. Em países como Espanha, Grécia e Reino Unido, são relatados problemas relacionados à fragilidade das interações entre dirigentes e cooperados, conflitos políticos, déficits na governança interna e escassez de confiança e reciprocidade. Esses elementos revelam que, sem o fortalecimento do capital social e da participação efetiva, a regularidade normativa torna-se fragilizada e a própria legitimidade institucional é comprometida.

A análise de fatores políticos, econômicos e legais amplia esse diagnóstico. Pesquisas clássicas e contemporâneas evidenciam que crises econômicas, dependência de subsídios, regulamentações instáveis, disputas políticas locais e políticas neoliberais que reduzem o suporte estatal fragilizam substancialmente a viabilidade das cooperativas. Mudanças abruptas nos marcos legais, processos de descoletivização e retrações fiscais comprometem tanto a capacidade de competição quanto a sustentabilidade institucional de longo prazo (Brandão; Santos; Rist, 2020).

No campo dos fatores externos, Pereira e Braga (2022) demonstram que programas de desenvolvimento e políticas públicas implementadas de forma verticalizada, sem adaptação às realidades socioculturais locais, tendem a gerar cooperativas dependentes e pouco participativas. Estudos conduzidos em países como Índia, Paquistão, Ruanda e Bangladesh evidenciam que iniciativas impostas “de cima para baixo”, muitas vezes orientadas por agendas internacionais, criam organizações frágeis, incapazes de sustentar-se após o término do apoio técnico. Nessas situações, a ausência de mecanismos contínuos de monitoramento, a falta de formação adequada e a baixa compreensão do modelo cooperativo dificultam sua consolidação, resultando na dissolução ou no declínio de muitas organizações.

Por fim, ao se considerar o papel estratégico da inclusão social para o fortalecimento organizativo, torna-se evidente que questões de gênero também influenciam a regularidade normativa e o desempenho institucional das cooperativas. A promoção da igualdade de gênero contribui diretamente para a formação de ambientes cooperativos mais democráticos e inclusivos. Sob uma perspectiva feminista, Brandão, Santos e Rist (2020) argumentam que o empoderamento feminino representa um processo de ampliação da autonomia, da capacidade de decisão e da transformação das relações sociais, tanto no âmbito pessoal quanto no relacional. A incorporação efetiva das mulheres em posições de liderança e em processos decisórios fortalece o capital social, amplia a densidade organizacional e contribui para gestões mais equilibradas, participativas e sustentáveis – fatores indispensáveis para uma governança cooperativa robusta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender, com base em evidências teóricas e empíricas, que as associações rurais constituem elementos estruturantes para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento local no Semiárido brasileiro. Ao analisar o arcabouço jurídico, as mediações institucionais e os desafios enfrentados por essas organizações, foi possível identificar que sua atuação transcende a dimensão administrativa ou econômico-produtiva, assumindo papel central na organização social, na ampliação de capacidades comunitárias e na consolidação de práticas participativas no território.

Os resultados evidenciaram que a ação coletiva, materializada por meio de associações e cooperativas, amplia significativamente as condições de acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, sobretudo aquelas relacionadas ao crédito, à comercialização institucional, à assistência técnica e ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais. Nesse sentido, as associações funcionam como mediadoras estratégicas entre Estado e agricultores, articulando demandas, facilitando processos de formalização e contribuindo para superar desigualdades históricas e estruturais presentes no meio rural. Essa mediação tem se mostrado essencial em contextos socioambientais desafiadores, nos quais a vulnerabilidade climática e a baixa capacidade produtiva tornam imprescindível a presença de instituições organizadas.

Os achados também demonstram que o impacto dessas organizações no desenvolvimento local é multidimensional. Para além da geração de renda, as associações promovem coesão social, estimulam a inovação territorial, favorecem a circulação de conhecimentos e fortalecem redes colaborativas. A literatura analisada indica que iniciativas bem estruturadas de cooperativismo e associativismo são capazes de dinamizar economias locais, ampliar a autonomia das comunidades e criar ambientes favoráveis à gestão territorial participativa, especialmente em áreas onde a presença do Estado é limitada ou descontinuada.

Contudo, os estudos analisados revelam que persistem obstáculos expressivos que fragilizam a atuação dessas entidades. Entre as principais dificuldades identificadas estão a baixa qualificação técnica e gerencial, a centralização de decisões, a escassez de apoio governamental contínuo, a complexidade dos requisitos legais, os entraves burocráticos, a descontinuidade das políticas públicas e as limitações financeiras e estruturais que marcam grande parte das associações rurais. Tais desafios comprometem não apenas a adesão a programas governamentais, mas também a capacidade de manutenção da regularidade normativa, essencial para o acesso a mercados institucionais e fontes de financiamento.

A literatura aponta, ainda, que fatores internos, como a fragilidade da governança, a participação limitada dos associados e a insuficiência de capital social — interação com fatores externos como instabilidade econômica, mudanças legais abruptas e políticas verticalizadas, produzindo um cenário de vulnerabilidade institucional. A superação dessas limitações requer investimentos contínuos em formação, fortalecimento da cultura associativa, aprimoramento da gestão democrática e maior estabilidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Por outro lado, a emergência de novas pautas no cooperativismo, como compliance, governança participativa, empoderamento feminino e adoção de tecnologias sociais e ambientais, demonstra que há potencial significativo de transformação e inovação nas organizações rurais. Experiências bem-sucedidas relatadas na literatura confirmam que, quando adequadamente apoiadas por universidades, incubadoras, administrações municipais e órgãos de desenvolvimento, essas organizações apresentam elevada capacidade de aprendizado, adaptação e fortalecimento institucional.

Diante do exposto, conclui-se que as associações rurais são atores indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, atuando como catalisadoras de ações coletivas, mediadoras das políticas públicas e impulsionadoras de processos de transformação socioeconômica. Sua consolidação, entretanto, depende diretamente de políticas públicas continuadas, estruturas de governança sólidas, formação técnica e apoio institucional que favoreçam a autonomia e a sustentabilidade das organizações.

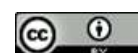
Por fim, este estudo contribui para o entendimento de que a articulação entre marco jurídico, políticas públicas e governança coletiva constitui um tripé fundamental para a efetividade das associações rurais. O fortalecimento dessas entidades representa não apenas uma estratégia de inclusão produtiva, mas um caminho para a construção de territórios mais justos, resilientes e capazes de enfrentar as múltiplas adversidades que historicamente marcam o Semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, 1998.
- AMORIM, R. F. de A.; SILVA, M. V. da. O associativismo rural como alternativa de representatividade em Piracanjuba/Goiás. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 14277-14292, 2023.
- ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO. **O cooperativismo de 2024 em números**. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2025. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/anuario>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- BORSATTO, R. S.; et al. Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, n. 1, p. 1104-1122, 2020.
- BRANDÃO, E. A. F.; SANTOS, T. R.; RIST, S. Connecting public policies for family farmers and women's empowerment: the case of the Brazilian semi-arid. **Sustainability**, v. 12, p. 1-20, 2020.



- BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945**. Dispõe sobre a organização da vida rural. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 11 abr. 1945.
- BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 1971.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 mar. 1999.
- BRITO, J. D.; GOMES, C. A. S.; PORTUGAL JÚNIOR, P. S. Cooperativismo e comércio justo: a visão dos cooperados sobre mecanismos de compliance. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 29159-29177, 2021.
- CARLOS, E.; SILVA, M. Z. e. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 9, p. 163-194, 2006.
- CARVALHO, E. B. S. Estímulo à estratégia cooperativa como condição para o desenvolvimento local. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 31, n. 3, p. 384-395, 2023.
- CAZELLA, A. A.; et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2017.
- COSTA, Y. B. S. A importância das associações para os produtores familiares. 2022. 52 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação), Curso de Engenharia Agrônoma, Centro Universitário Ages, Paripiranga, 2022.
- CUNHA, W. A. Implicações dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz-MG. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa Minas Gerais, 2015.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- FERREIRA, A. J. A.; et al. A cadeia produtiva da mandioca no Maranhão: desafios, oportunidades e propostas de transformação. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 12, p. 1-26, 2024.
- FONTINELE, G. C. C.; BILLACRÊS, M. A. R. Gestão territorial, cooperativismo e agricultura familiar: uma revisão sistemática da abordagem integrada. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 12, p. 1-24, 2024.
- FREITAS, A. F. de.; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. de. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 57, n. 1, p. 9-28, 2019.
- GASTAL, M. L.; et al. Construção social de mercados pela agricultura familiar em Unaí, Mg: Potencialidades e Limitações. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 315-348, 2014.
- GUIMARÃES, A. R. M.; et al. Empreendedorismo coletivo: o desenvolvimento local promovido pelo cooperativismo feminino. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 29, n. 9, p. 25-32, 2024.
- HENIG, E. V.; SANTOS, I. Â. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 255-269, 2016.
- LIMA, A. A.; PASE, H. Cooperação internacional para difusão de políticas públicas: articulação e implementação de inovação com foco na agricultura familiar no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 40, e40006, 2025.
- LIMA, K. T.; BATISTA, L. F.; MOREIRA, V. F. Capacidade absorptiva de empreendimentos incubados e as ações de inovação no contexto de agronegócios paraibanos. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 23, n. 5, p. 1-29, 2022.
- LOPEZ, F. G. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- MEYLAN, A. Importância da regulação nas relações de parceria entre as organizações da sociedade civil e o Poder Público nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 199-216, 2016.
- MIRANDA, R. S. et al. Ruralidades no semiárido: Reflexões a partir de evidências sociológicas. **OPIS (Online)**, Catalão, v. 21, n. 1, p. 44-62, 2024.
- MOHER, D.; et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.



- MOREIRA, A. D.; SANTOS, A. R.; LUCENA, E. A. R. M. O associativismo no município de Riacho de Santana – BA: desafios e perspectivas para o crescimento. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 6, e10418, 2021.
- MOREIRA, I. R. J. et al. Family Farming Cooperatives and Associations and the Institutional Market Created by the National School Feeding Program (PNAE) in Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**, v. 15, p. 5202, 2023.
- MOSSMANN, M. P.; et al. Interface Between Family farmin and school feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective actors in Southern Brazil. **Revista SOBER**, Brasília, v. 55, n. 2, p 325-342, 2017.
- NAVARRO, Z. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- OLIVEIRA, W. C. de; BERTOLINI, G. R. F. et al. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e43411226098, 2022.
- OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PEREIRA, E. A.; BRAGA, M. J. Elementos determinantes nos casos de fracassos e dissolução de cooperativas: uma revisão sistemática de literatura. **Gestão & Regionalidade**, v. 40, e20248229, 2024.
- QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência das Políticas Públicas na Agricultura Familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 340–351, 2020.
- RIBAS, W. P.; FREITAS JÚNIOR, M. A. Desafios e resiliência das cooperativas de consumo: uma análise global com foco no Brasil (1995-2023). **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, São Paulo, v. 15, n. 11, p. 1-21, 2024.
- ROCHA, P. M. R. da. A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 7, n. 1, 2018.
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.
- SENA, T. M.; SENA, T. M.; SILVA FILHO, L. G. da. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Includere – Revista de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social, Mossoró**, v. 3, n. 1, p. 398-412, 2017.
- SÍCOLI, J. L. As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. **Tese de Doutorado**, (Programa de Pós- Graduação em Nutrição em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, 2017.
- SILVA JÚNIOR, P. C. da.; et al. Estudo e avaliação da implantação de sistemas fotovoltaicos no meio rural em associações e cooperativas piauienses. **Revista Brasileira de Energia Solar**, v. 11, n. 2, p. 115–123, 2020.
- SILVA, D. W. Produzindo prerrogativas de cidadania: o acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. As organizações sociais e o Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: MARX, V. (Org.). **Democracia participativa, sociedade civil e território** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.
- SODRÉ, M. S.; SALAMONI, G. O território como propulsor do desenvolvimento: as repercussões dos programas de compras públicas no sistema da agricultura familiar em Pelotas/RS. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 13, n. 21, p. 31-41, 2017.

